

2019

IX Seminário Internacional sobre
Desenvolvimento regional

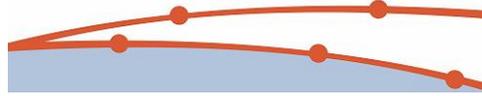
Processos, Políticas
e Transformações

Territoriais

Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil

Dias: 11, 12 e 13 de setembro de 2019

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul



RELAÇÕES SOCIAIS CONSTITUÍDAS NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E AS ALTERNATIVAS DE SUPERAÇÃO DA CRISE ECOLÓGICA E SOCIAL

**Grazieli Sbisigo
Hieda Maria Pagliosa Corona**

RESUMO

Este artigo possui como objetivo contextualizar o processo de modernização, a formação de racionalidades e relações sociais que conduziram a crise ecológica/social, tendo como possibilidade de superação o desenvolvimento sustentável. O processo de modernização da sociedade deu-se baseado em processos já existentes em sociedades desenvolvidas, sendo impostos desde as colonizações que buscavam territórios para os domínios europeus, até a era moderna com a abertura de possibilidades dadas pela ciência e tecnologia para o desejado progresso social. Hoje, com consequências destes processos colocando em risco a continuidade da vida em todo o Planeta, em aspectos ecológicos e sociais, a busca por soluções é o principal assunto em debate. O entendimento do processo de modernização, da percepção ambiental e construção da identidade social dos indivíduos apresentam-se como papel chave para analisar o rumo da sociedade atual. Com isto, o diálogo entre os estudos científicos multidisciplinares e os saberes cotidianos é considerado uma forma privilegiada de desenvolver soluções para superação das consequências de um desenvolvimento insustentável da sociedade.

Palavras chaves: Modernização. Formação de racionalidades. Crise ecológica/social. Desenvolvimento Sustentável.



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo possui o objetivo de contextualizar o processo de modernização e a formação de racionalidades e relações sociais que conduziram a crise ecológica/social, tendo como possibilidade de superação o desenvolvimento sustentável. A relação entre homem e natureza é um assunto recorrente e preocupante, no momento em que as questões sociais e ambientais estão sendo tratadas com grande interesse, bem como, o que pode provir desta relação.

A sociedade tem vivenciado nas últimas décadas uma série de recorrentes problemas que estão diretamente ligados com a relação do homem com a natureza, indo desde a produção e reprodução no espaço geográfico que perpassam o modo de viver dessa sociedade, as ações e pensamentos. E é esta forma de viver das sociedades contemporâneas, movidas pelo sistema capitalista, o qual traz a necessidade de reavaliar e compreender as mudanças do pensar, agir e sentir, que se deram desde as sociedades anteriores até o presente. (OLIVEIRA, 2002)

O risco ambiental causado pela crise ambiental do tempo presente apresenta-se como um limite final, reorientando o caminho da nossa história, pois tem sido cada vez mais evidente os grandes desequilíbrios ecológicos e a desigualdade social, fazendo repensar a capacidade de sustentar a vida pelas próximas décadas. Esta crise é além de tudo um problema de conhecimento, levando também a crise do pensamento ocidental, o qual segue um caminho de fragmentação de conhecimentos, mantendo a ideia de dominação do homem sobre a natureza, e isso acarreta em uma simplificação do saber, que remete a pensar em toda as vias de complexidade do mundo, para posteriormente buscar a superação dessa crise abrindo novos caminhos no sentido da reconstrução do pensamento e do agir no mundo (LEFF, 2010).

O termo “desenvolvimento sustentável” vem sendo bastante utilizado por governantes e lideranças mundiais como solução para a superação da crise, referida acima, visando a busca de alternativas que se mostrem eficientes para o alcance deste objetivo, o qual está diretamente ligado nos âmbitos social, ambiental e econômico, independentemente do local ou de que ator esteja envolvido na discussão. Porém, ao envolver diferentes atores, que possuem formação e objetivos diferentes, mesmo que com a mesma finalidade, seguindo por caminhos que não são necessariamente os mesmos, os problemas ambientais e os de desenvolvimento, sejam eles humanos ou econômicos, não serão vistos da mesma maneira, nem com a mesma intensidade ou sentimento de responsabilidade. Ou seja, cada parecer de



atores envolvidos será dado conforme sua percepção, a qual está atrelada a uma série de fatores como o interesse de diferentes grupos sociais pelo mesmo tema, paradigmas diferenciados entre os atores, além de valores, vivência, atitudes, estratégias e conceitos sociais e ambientais (TUAN, 1980), como é também apontado por Hannigan (2002) que afirma existir várias formas de se representar a natureza, o meio ambiente e a sociedade, onde que até mesmo possuindo conceitos por muitas vezes difusos, estão geralmente condicionados por fatores cognitivos e socioculturais.

Os fatos que se relacionam com a crise ambiental acabaram por produzir mudanças na sociedade, porém pode estas mudanças estar relacionadas a forma que estas informações foram percebidas pelos indivíduos e como cada uma foi refletida por eles (OLIVEIRA e CORONA, 2008). E é devido a este fato, que há buscas pela quebra de paradigmas, mudanças de comportamento e ações para buscar um mundo melhor, atingindo o objetivo do desenvolvimento sustentável. É necessário buscar conhecer qual a percepção de cada ator com os fatos acontecidos, qual o sentido que é a ele atribuído em sua tomada de decisão. É com esta razão que a pesquisa social, neste caso, busca o conhecimento da percepção ambiental da sociedade, o qual revela-se como um diferencial positivo aos objetivos buscados nesse artigo.

A modernização caracterizou-se pela supremacia da dimensão econômica na tomada de decisões, por isso é necessário buscar conhecer o que compõe as demais dimensões e o que as fazem ser consideradas por cada indivíduo, para buscar entender estes fatores. Assim, o artigo está estruturado de modo a abordar o processo de formação sociocultural no contexto moderno, tratando de como estudos de percepção ambiental e fatores sociais precisam ser observados para o entendimento do que pode estar relacionado com as ações e posicionamentos que conduziram ao risco eminente à reprodução da vida. Em seguida, apresenta-se como a compreensão destes fatores, presentes com maior frequência na formação sociocultural da população, necessita de mudanças no sentido do desenvolvimento sustentável.

2 A MODERNIDADE E O PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL

A sociologia é apresentada por Giddens (1991) como uma forma de interpretação reflexiva que permite separar as sociedades anteriores das atuais. Ele apresenta uma teoria descontinuísta da história moderna, e esta descontinuidade é apresentada de forma intensiva,



pela natureza da vida moderna ser diferente do dia-a-dia da maioria das pessoas de sociedades anteriores e extensiva pelo fato da sociedade moderna colocar os seres humanos numa escala de vida globalizada, com muitas ações possuindo escala mundial.

Afinal, o que de fato é a modernidade? O que significa “ser moderno”? Anthony Giddens em sua obra “As consequências da modernidade”, mesmo destacando a complexidade do que é a modernidade, de início pode-se dizer que:

“modernidade” refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.
(GIDDENS, 1991. Pág. 11).

Pode ser destacado que a modernidade é algo que surge em algum determinado tempo e espaço e que acaba se espalhando ao redor do mundo. Com o rápido avanço da modernidade, sensações de que a sociedade vive em um mundo de fatos que muitas vezes não podem ser compreendidos e que esteja fora do controle de si próprio, segundo Guiddens, pode ser analisado pelas discontinuidades provindas da modernidade, como questões de confiança e risco, segurança e perigo, modernidade e tradição, tempo e espaço, desencaixe e reflexividade, modernidade e pós-modernidade. E são estas discontinuidades que acabam separando as instituições modernas das que se mantêm em ordem social mais tradicionais.

A sociologia refere-se aos “estudos da sociedade”, e os autores que a veem desta maneira compreendem a sociedade já atrelada à modernidade, com sistemas delimitados de forma clara e possuindo suas próprias unidades internas. No entanto, diz Giddens (1991) o grande desafio da Sociologia dá-se pelo objetivo de resolver os problemas de ordens sociais, ou seja, a sociologia é tomada como geradora de conhecimento sobre questões da vida social moderna, que está em constante movimento pelo pois ao serem filtrados pelos agentes sociais, através de seu auto entendimento, volta para o conjunto social, que retorna aos sujeitos, ou seja, a relação da sociologia com o seu objeto será considerada em termos de dupla hermenêutica (GIDENNS, 1991).

No fim do século XX, muitos já argumentavam que estava-se vivendo o momento inicial de novos tempos que estaria levando a algo além da modernidade. Essa transição referia-se a uma “sociedade de informação” ou “sociedade de consumo”, essa influenciada fortemente pelo modo de vida capitalista. Modo que promove mudanças globais, as quais passaram a ser especialmente relevante para a sociologia ambiental, em que a dinâmica das mudanças sociais em relação ao processo de globalização e as consequências ambientais desse



processo conduziram a saída da modernidade simples para a reflexiva (GIDDENS, 1991). Assim, o que ocorre é que a sociedade está passando a viver com as consequências de uma modernidade que se tornou mais radicalizada e global do que a modernidade já conhecida. As mudanças se deram de uma forma tão rápida, dramática e abrangente, que a sociedade não detém conhecimento suficiente para interpretá-las e analisá-las e assim restou a aceitação e adequação as mudanças (GIDDENS, 1991)

A modernidade foi marcada pelo apetite da sociedade pelo novo, algo que se tornou comum com os avanços da ciência e principalmente da tecnologia por um período tão curto de tempo. As práticas sociais alteram-se a cada descoberta em que ela é informada, e isto foi intensificado na modernidade, onde este princípio passou a ser aplicado em todos os aspectos da vida humana (GIDDENS, 1991). O que de certa forma acaba sendo posta de lado em relação a isto é que a globalidade e a modernização causam riscos que anteriormente eram tidos como apolíticos, e que com o momento atual, acabam se tornando políticos por mobilizarem em todo o mundo a busca ao combate das “causas” aos riscos gerados dentro do processo de modernização (BECK, 2010).

Beck (1997) ao tratar da modernidade reflexiva diz que, diferentemente da modernização simples que significou em um primeiro momento a desincorporação das formas sociais tradicionais e posteriormente a reincorporação das formas sociais industriais, ela visa a desincorporação de formas sociais industriais para reincorporação de outra forma de modernidade, em que o “sujeito” dessa destruição não é a crise mas sim a vitória do modelo de modernização capitalista (ocidental), o qual foi implantado (BECK, 1997) implicando uma radicalização da sociedade moderna. Modernização, para Beck (2010) significa:

[...] o salto tecnológico de racionalização e a transformação do trabalho e da organização, englobando para além disto muito mais: a mudança dos caracteres sociais e das biografias padrão, dos estilos e formas de vida, das estruturas de poder e controle, das formas políticas de opressão e participação, das concepções de realidade e das normas cognitivas.
(BECK, 2010. Pág. 23)

As transformações sociais que ocorreram com a modernização geraram impactos e reelaborações de conceitos, visões e identidades socioculturais. Este processo alterou a ótica de produtores, trabalhadores, com ênfase na competitividade, qualidade e produtividade, interferindo na identidade profissional de cada um, principalmente, entre os que passaram a assumir as tecnologias provindas do mundo moderno. As afirmações deste modelo



impuseram, em grande parte, que a identidade construída de um indivíduo dito civilizado e racional substituíra totalmente o indivíduo tradicional e este, em porcentagem cada vez menor dentre os “modernos”, foi pressionado e, se não aderiu, acabou por acomodar-se ou aceitar as novidades do modelo e tornar-se moderno (GEHLEN, 2004).

3 O SENTIDO DE PERTENCIMENTO: PERCEPÇÃO, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADES

Várias atitudes pessoais registradas nos ambientes rurais e urbanos possibilitam observar que são realizadas com base em determinações, mesmo que involuntárias e sem conhecimento prévio, pelo motivo de ao fazer orienta-se pelos costumes, os quais variam conforme a posição social/cultural dos atores. O sentido de pertencimento pode provir de diversos motivos dados pelos atores que estão inseridos em ambientes diversos, tanto ecológica como socialmente, podendo estes contribuir como fatores condicionantes nas tomadas de decisões e atitudes em seu cotidiano.

Sarita Albagli (2004) ao apresentar a diferenciação entre os conceitos de território e territorialidade traz elemento para pensar como estes diferentes significados permitem compreender a posição de indivíduo e suas relações sociais. Ao tratar de território, a autora relata que este é um espaço que é apropriado pelo indivíduo que definirá e relatará suas dimensões através de relações de poder e este assumirá significados diferentes em cada formação social. O território não se limita somente ao “concreto” do espaço, mas também as relações sociais que são exercidas no local, ou seja, terá diferentes contextos em cada situação.

Aplica-se a este fator um exemplo das sociedades indígenas, o qual a relação com a Terra-Mãe será através da identidade criada com o local, sentimento criado através do conhecimento, das experiências, das relações sociais, culturais e religiosas que os povos mantêm com o território em que vivem (ALBAGLI, 2004). Antes da sociedade “moderna”, quando o meio natural era a única forma de sobrevivência, o homem selecionava da natureza as partes que o favorecia no sentido da vida, valorizando de diferentes formas cada lugar e cada cultura, em que as condições naturais construíam a base da existência em grupo. As motivações de uso de um determinado recurso eram locais, mesmo com a possibilidade de interações e troca de coisas e conhecimentos com comunidades diferentes. Desta forma a



sociedade criava suas técnicas, e era a responsável pela determinação de quanto estaria utilizando para que o equilíbrio de vida não fosse afetado (SANTOS, 2009).

Na década de 1920, um novo estudo com o comportamento dos animais, a etologia, permitiu que a noção de territorialidade fosse atribuída também a estudos das sociedades animais, possibilitando a definir que este território animal era definido como a área em que a vivência, reprodução e o sentimento de segurança era passado a ele. Com isso a territorialidade definida pela etologia é aquela que se dá pela conduta que o organismo vivo tem em um determinado território, atribuindo posses e defendendo-o até mesmo de indivíduos de sua própria espécie (ALBAGLI, 2004).

O conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. [...] Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade.
(ALBAGLI, 2004. Pág. 7)

A territorialidade para os humanos é movida pelos valores culturais e normas sociais que agem em cada local e por isso ela diferencia-se dentro de sociedades e dentre períodos históricos. Os homens vão criando sentimentos movidos pelo sistema de relações sociais o qual pertence, e estas relações influenciam intensamente as ações exercidas sobre a natureza ou com demais seres humanos, que vivem em sociedades e comunidades. É com as desigualdades e diferentes relações de poder que surgiram as noções de “mais” e “menos” desenvolvidos, “mais” e “menos” modernos, possibilitando assim essas relações darem origem a um sistema tridimensional sociedade-tempo-espaço (ALBAGLI, 2004).

Estes fatores apresentam-se como suporte para a formação de identidades sendo elas de cada indivíduo, ou de comunidades e até mesmo de sociedades, ou seja, individuais ou coletivas, com diferentes sentimentos específicos ou de pertencimento. Associando com o presente, acredita-se que as diferenças culturais se originam com a história cultural que cada grupo vivenciou, dentre eles as crenças, a religião, os costumes, os hábitos, leis, conhecimentos, comunicação e a troca de experiências, todos estes fatores que se constroem com o tempo (história) e espaço (território) o qual vivem e estes fatores estarão impregnados, mesmo que inconscientemente, na identidade de cada ator (ALBAGLI, 2004).



No passar dos anos, as regiões foram se configurando por meios dos processos de territorialidade de cada sociedade, prevalecendo as características de grupos com “poder” maior ou que se estabeleciam pioneiramente naquele local (SANTOS, 2009). Com as transformações que a sociedade sofreu até o momento atual, possibilitou o despertar de interesse em analisar, principalmente a partir da década de 1980, como a territorialidade pode agir favoravelmente em melhorias de desempenhos, de novos empreendimentos, ou atitudes com mudanças que irá envolver diretamente o território que está inserido, bem como, o despertar de interesse com atividades que venham contribuir com este meio.

Embora sem referir-se explicitamente ao conceito de territorialidade, essas novas abordagens, em sua maioria, salientam a importância da proximidade territorial para promover interações locais e o compartilhamento de valores e normas informais como fator de dinamismo, de diferenciação e de valorização econômica dos territórios e de aglomerações produtivas. (ALBAGLI, 2004. Pág. 45)

Tuan (1980) em seus estudos sobre percepção ambiental, aborda a diferenciação entre indivíduos nativos de um ambiente e indivíduos visitantes. Segundo ele, os indivíduos nativos terão uma visão e percepção complexa sobre o ambiente por estar inseridos nele, atribuindo sentimentos e valores locais, já o indivíduo visitante levará como critérios de admiração e interesse a estética, com valor subjetivo, completamente desapegado ao local.

Cada território e sociedades envolvidas são vistas como um ambiente de envolvimento e aprendizado coletivo, e este conhecimento coletivo quando aplicado ao sentido de territorialidade, pode conduzir o comportamento e ações a serem realizadas, ou seja, conduzir a forma como cada coisa será feita. As sensações são as principais em determinar impressões, significados e valores que será atribuído a algo, e por se diferirem em cada indivíduo é que o estudo de percepção ambiental se torna tão difícil (MELAZO, 2005).

A percepção é dada pela interação do indivíduo com seu meio, e este envolvimento se dá pelos órgãos de sentido. O perceber algo é dado pelo despertar de interesse por aquele determinado objeto, e este interesse provém de conhecimentos, cultura e postura de cada pessoa, sendo que para cada uma será despertada uma percepção diferente pelo mesmo objeto (PALMA, 2005). A percepção não só é feita pelas sensações, mas também pelas representações coletivas que aquilo lhe provoca, como citado por Capra (1999) quando fala sobre “O mundo que todos vêem” de Maturana & Varela, “Não é o mundo, mas um mundo,



que criamos juntamente com outras pessoas, “sendo que a “vivência” estará, mesmo que indiretamente, sempre envolvida em escolha ou formação de opinião sobre qualquer assunto.

4 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA CRISE ECOLÓGICA

A exploração dos recursos naturais se deu movida pela convicção que estes seriam inesgotáveis, e graças as pesquisas a partir da segunda metade do século XIX, novas técnicas e valorização destes recursos foram sendo desenvolvidas, aumentando cada vez mais a curiosidade de novas descobertas e possibilitando garantir o bem-estar e saúde das pessoas. Porém com uma exploração sem consciência das consequências que poderiam vir, passado um século, ou seja, de forma rápida quando observada a trajetória ecológica do planeta, os recursos tornaram-se insuficientes para garantir a continuidade da vida no mesmo ritmo que vinha sendo praticado (RAYNAUT, 2006).

Expedições e descobertas de novos povos possibilitaram a dominação de recursos naturais que eram de suas posses, movidos pela “necessidade” do crescimento e empoderamento que estas atitudes permitiam. Como estes recursos estavam muito pouco explorados e valorizados pelos povos dominados, os colonizadores prometiam que o desenvolvimento traria benefícios como infraestruturas, materiais industrializados e acesso a vida moderna. Em troca disso os colonizados só teriam que permitir a exploração das matérias primas abundantes que possuíam, e desta forma as matérias primas começaram a abastecer o mundo inteiro no modelo industrial europeu (RAYNAUT, 2006).

Na segunda metade do século XX, essa visão finalmente muda com a percepção de que este modelo não se sustentaria no ritmo pelo qual vinha sendo praticado, levando em consideração os crescentes problemas ambientais que vinham ocorrendo. E assim, de preocupações individuais ainda reprimidas, tornaram-se rapidamente um assunto central discutido no mundo inteiro, com intuito da proteção da natureza.

Todas as evidências de uma crise ambiental começam a ser debatidas com maior intensidade no momento atual e produzem mudanças gradativas na sociedade. Conforme essas informações são percebidas pelos indivíduos, elas se refletem em suas atitudes. Raynaut (2004) diz que, num primeiro momento é preciso reconhecer que o termo meio ambiente está relacionado com a relação do homem com seu meio físico e biótico aplicado com diferentes olhares de cada indivíduo.



Leff (2001) defende que para uma transição da sociedade atual para uma sociedade sustentável faz-se necessário o investimento dado a educação no sentido da não dicotomia ambiente/sociedade, pois:

Na história humana, todo saber, todo conhecimento sobre o mundo e sobre as coisas tem estado condicionado pelo contexto geográfico, ecológico e cultural em que produz e se reproduz determinada formação social. (LEFF, 2001. Pág. 21)

Em estudos realizados por Hughes (2001 apud HOEFFEL, SORRENTINO e MACHADO., 2008) confirma-se que estudos referentes as relações da sociedade humana com a natureza possibilitam que haja uma compreensão maior dessa interdependência existente, pois segundo ele:

A ideia de ambiente como algo separado dos seres humanos e que serve apenas como pano de fundo para a história humana é uma visão enganosa. Qualquer coisa que os seres humanos façam para a comunidade ecossistêmica os afeta inevitavelmente. A humanidade nunca existiu isolada do resto da vida, e não poderia existir sozinha, pois ela depende das associações complexas e íntimas que tornam a vida possível. (HOEFFEL, SORRENTINO e MACHADO, 2008. Pág. 4).

Com o triunfo da racionalidade econômica sobre as demais é necessário um processo de intensa atenção na transição para uma sociedade sustentável, buscando inclusive debates que reorientem os processos de produção de conhecimento, contribuindo na formação dessa sociedade, e resolvendo os problemas socioambientais. Leff (2001) afirma que todo o conhecimento produzido no mundo se condiciona por contextos sendo eles geográfico, cultural ou ecológico, tanto em quem o produz como em quem o reproduz em uma formação social.

Sobre a construção de uma sociedade socioambiental, Carvalho (2004) diz que:

A visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinamicamente e mutuamente. Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana, longe de ser percebida como extemporânea, intrusa ou desagregadora ("câncer do planeta"), aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural e cultural e interage com ela. Assim, para o olhar socioambiental, as modificações resultantes da interação entre



os seres humanos e a natureza nem sempre são nefastas; podem muitas vezes ser sustentáveis, propiciando, não raro, um aumento da biodiversidade pelo tipo de ação humana ali exercida. (CARVALHO, 2004. Pág. 37)

Considerando que há um desenvolvimento desigual entre os hemisférios Norte e Sul, seria necessário que cada país criasse seu modelo de reforma ecológica. Porém, a globalização assim como as negociações internacionais estão cada vez mais incentivadas, e as estratégias de reforma ambiental tendem a se tornar também cada vez menos limitados a um Estado nação (MOL, 2000).

A reforma ambiental proposta busca reestabelecer a qualidade ambiental do meio natural e com isto também melhorar a qualidade de vida, sendo que está diretamente ligada à qualidade ambiental. A modernização é reconhecida neste caso como uma difusora de riscos que ameaçam não somente as gerações atuais como também a qualidade de vida das gerações futuras. Com isso a modernização reflexiva vem tratar que esta mudança não se reflete em diminuir a modernidade, mas sim incentivar uma modernidade que confronta os caminhos clássicos de industrialização (BUTTEL, 2000).

A modernização ecológica apresenta-se como uma visão otimista de que as mudanças tecnológicas que provém do processo de modernização podem levar às soluções dos problemas ambientais. Buttel afirma que uma análise do melhoramento ambiental poderia apresentar uma visão singular das atividades dos movimentos ambientais que, se unidos aos poderes estatais para regularização do meio ambiente ou até fornecer incentivos por atividades pró-ambientalistas seria pontos favoráveis para as condições ambientais atuais (BUTTEL, 2000).

Ambas as teorias (sociologia ambiental da América do Norte, e a modernidade reflexiva do norte da Europa) podem ser úteis para refletir quanto aos componentes da qualidade de vida relacionada ao meio ambiente. Assim, a conceitualização dos atores e grupos sociais pode se tornar sustentadora de forças para elevar a qualidade ambiental e qualidade de vida, o que é de suma importância. A sociologia ambiental mais reflexiva pode trazer melhorias para a qualidade de vida humana, onde se faz necessário um estudo da qualidade ambiental e da qualidade de vida pelos múltiplos enfoques, reconhecer os processos e estratégias para a melhoria ambiental. A qualidade de vida e ambiental é um fator pessoal e também coletivo, sendo que as melhorias ambientais podem também ir de encontro diretamente com as necessidades pessoais (BUTTEL, 2000)



Na tentativa de não prejudicar nenhuma das esferas social, ambiental e econômica, considera-se a importante a implementação de projetos com incentivo ao desenvolvimento sustentável, que foca o uso de recurso renováveis em todas as regiões, incluindo as consideradas periféricas. O fator mais importante para as mudanças é se levar em conta os aspectos que constroem as arenas de interesses divergentes e que incidem sobre a percepção das pessoas, o que pode potencializar ou freá-las. O enfrentamento da crise social e ecológica requer a análise das desigualdades sociais, a poluição, o esgotamento de recursos, as altas quantidades de uso de agrotóxicos e demais problemas limitantes a qualidade de vida da população e do ambiente. A ideia do desenvolvimento sustentável move-se por “consertar” o que o próprio desenvolvimento trouxe de consequências. (STENGERS, 2015)

Encontramo-nos em uma época em que devemos não só proteger a natureza na qual vivemos, mas sim proteger o futuro de nossas próximas gerações, modificando nosso modo de vida. É preciso que todos rendam-se aos fatos e a realidade, o que independente da maneira em que cada se situa e percebe-se, há o risco da passividade, pois as ações de cada pessoa acarretarão em consequências a toda a sociedade. Stengers traz em seu livro “No tempo das catástrofes”:

Pensem em sua pegada ecológica, saibam que nosso modo de vida vai ter que mudar, mas não se esqueçam que estamos engajados em uma competição, e nossa prosperidade depende dela.
(STENGERS, 2015. p. 23)

O desenvolvimento sustentável se dá mediante a interação das diferentes dimensões: espacial, social, ambiental, cultural e econômica, e vincula-se a preocupação com a manutenção da vida, seja da biodiversidade como da diversidade sociocultural, por isso a necessidade de uma visão multidisciplinar ou interdisciplinar (SILVA, 2005). Como diz Silva,

Para chegar a um desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente deve fazer parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente; e o segundo estabelece que a fim de chegar a um desenvolvimento sustentável e a uma melhor qualidade de vida para todos os povos, os Estados deveriam reduzir e eliminar os modos de produção e de consumo não viáveis, e promover políticas demográficas apropriadas.
(SANCHES E RODRIGUES, 2006. Pág. 104)



Para atingir esse proposto é preciso que toda a sociedade se volte para a reflexivamente para as relações Homem/Natureza, e o que de resultados essa visão pode trazer em contribuição ao desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, pode-se concluir que as condições atuais requerem pensar na complexidade da vida em todas suas dimensões, requer olhar reflexivamente sobre as ações que promoveram a crise socioambiental, para que sejam tomadas atitudes e renovar pensamentos que mudem o modo vida dominante. Para isso será necessário reverter as consequências do desenvolvimento “insustentável”, o qual evoluiu a partir do período pós II Guerra Mundial, para propiciarmos uma vida de qualidade para as atuais e futuras gerações de todas as espécies.

A maneira de abordar as realidades atuais é resultado de uma construção social histórica, sendo assim torna-se imprescindível analisar de que formas estas consequências são recebidas por cada indivíduo e pela sociedade, entender qual é a sua percepção e somente através deste entendimento será possível desenvolver iniciativas para um desenvolvimento que permita boa qualidade de vida para a geração atual, bem como garantir a qualidade de vida e ambiental para as próximas gerações.

Os saberes cotidianos são dotados de valores epistemológicos no processo de produção científica, principalmente quando relacionado à construção de uma sociedade sustentável, onde a estreita relação do homem com o meio em que vive apresenta-se como a base fundamental deste processo. É neste sentido que as soluções envolvem mudanças e essas devem ganhar espaço nas discussões, seja com novos saberes científicos (agroecologia), seja considerando mais eficazmente os múltiplos saberes que compõem as territorialidades, tendo como foco a repercussão de experiências e saberes no sentido do desenvolvimento sustentável para superação da crise ambiental e social pela qual o mundo vive hoje.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Sebrae, 2004, 352 p.



ALIROL, P. Como iniciar um processo de integração. In: VARGAS, Heliana Comin; RIBEIRO, Helena. **Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2001. pp. 21-42.

BECK, Ulrich, GUIDDENS, Anthony & LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade estadual Paulista, 1997, 264 p.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2010, 384 p.

BUTTEL, Frederick H. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. In: HERCULANO, Selene et al. (org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Eduff, pp. 29-47, 2000

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas. Ciência para uma vida sustentável**. 11. ed. São Paulo: Editora Cultrix. 1999. 296f.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004, 256 p.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues e RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 8, n. 3, pp. 99-106, 2006.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**. v. 18, n. 2, pp. 95-103, 2004.

GUIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1991. 180 p.

HANNIGAN, John. Cultural Analysis and Environmental Theory: An Agenda. In: DUNLAP, Riley E. et al. **Sociological theory and the environment**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2002, pp. 311-350.

HOEFFEL, João Luiz; SORRENTINO, Marcos. & MACHADO, Micheli K. **Concepções sobre a natureza e sustentabilidade um estudo sobre percepção ambiental na bacia hidrográfica do Rio Atibainha – Nazaré Paulista/SP**. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/luis_hoffel.pdf> Acesso em: julho de 2017.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, 152 p.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental: Pensar a complexidade ambiental**, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. 343 p.



MELLAZO, Guilherme Coelho. A percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas**. Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

MOCELLIM, Alan. A questão da identidade em Giddens e Bauman. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 5, n. 1, pp. 1-31, ago-dez. 2008.

MOL, Arthur P. J. A Globalização e a mudança dos modelos de controle e poluição industrial: a teoria da modernização ecológica. In: HERCULANO, Selene et al., (org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Eduff, pp. 267-280, 2000.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Revista Pegada**. v. 3, n. especial, 9 p, ago. 2002.

OLIVEIRA, Kleber Andolfato & CORONA, Hieda Maria Pagliosa. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 1, n. 1, pp. 53-72, jul. 2008.

PALMA, Ivone Rodrigues. **Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental**. 2005. 83 f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgicas e de Materiais – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RAYNAUT, Claude. **Atrás das Noções de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável: questionando algumas representações sociais**. Conferência No Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – MADE/UFPR, ago. 2006, 21 p.

RAYNAUT, Claude. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 10, pp. 21-32, jul-dez. 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 5. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, 260 p.

SILVA, Christian Luiz da. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. In: SILVA, Christian Luiz & MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, pp. 11-40, 2005.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2015. 160 p.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia – Um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente**. São Paulo: Editora Difel, 1980, 75 p.